

Dados
de Mercado

 **IMPULSIONA**
SEBRAE

PÚBLICA

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

Impacto da Reforma Tributária no Acesso ao Crédito

Abril - 2025

 **SEBRAE**

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO



Diferentes Setores da
Economia



Cenário de
oportunidades para
o desenvolvimento



Curto, médio e
longo prazo



RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO



Diferentes setores da economia

A reforma tributária tem potencial para impactar significativamente o acesso ao crédito em diferentes setores da economia e regiões do Brasil. Em um ambiente de negócios mais simplificado e com menor carga burocrática, as empresas poderão melhorar sua organização financeira, apresentando dados mais consistentes e confiáveis aos bancos. Isso contribui para uma percepção de risco reduzida por parte das instituições financeiras, facilitando a concessão de crédito. No entanto, os impactos podem variar conforme as características econômicas de cada região e setor. Unidades regionais com economias menos desenvolvidas ou setores com maior dependência de incentivos fiscais podem enfrentar desafios adicionais para se adaptarem às novas regras. Nesse cenário, é fundamental que políticas públicas e iniciativas de apoio, como as do Sebrae, estejam alinhadas para oferecer capacitação e suporte técnico, garantindo que empreendedores de diferentes contextos possam aproveitar as oportunidades criadas pela reforma tributária.



Cenário de oportunidades para o desenvolvimento

A reforma tributária traz cenários diversificados e incertos, com oportunidades de crescimento para empresas de diferentes setores e regiões. Um sistema tributário mais simplificado e previsível pode reduzir custos operacionais, aumentar a eficiência financeira e criar condições favoráveis para a expansão dos negócios. Com isso, empresas bem adaptadas às novas regras estarão melhor posicionadas para acessar crédito, viabilizando investimentos e projetos de crescimento. Contudo, há questões relacionados às operações financeiras que tendem a gerar mais custos e potenciais limitações.

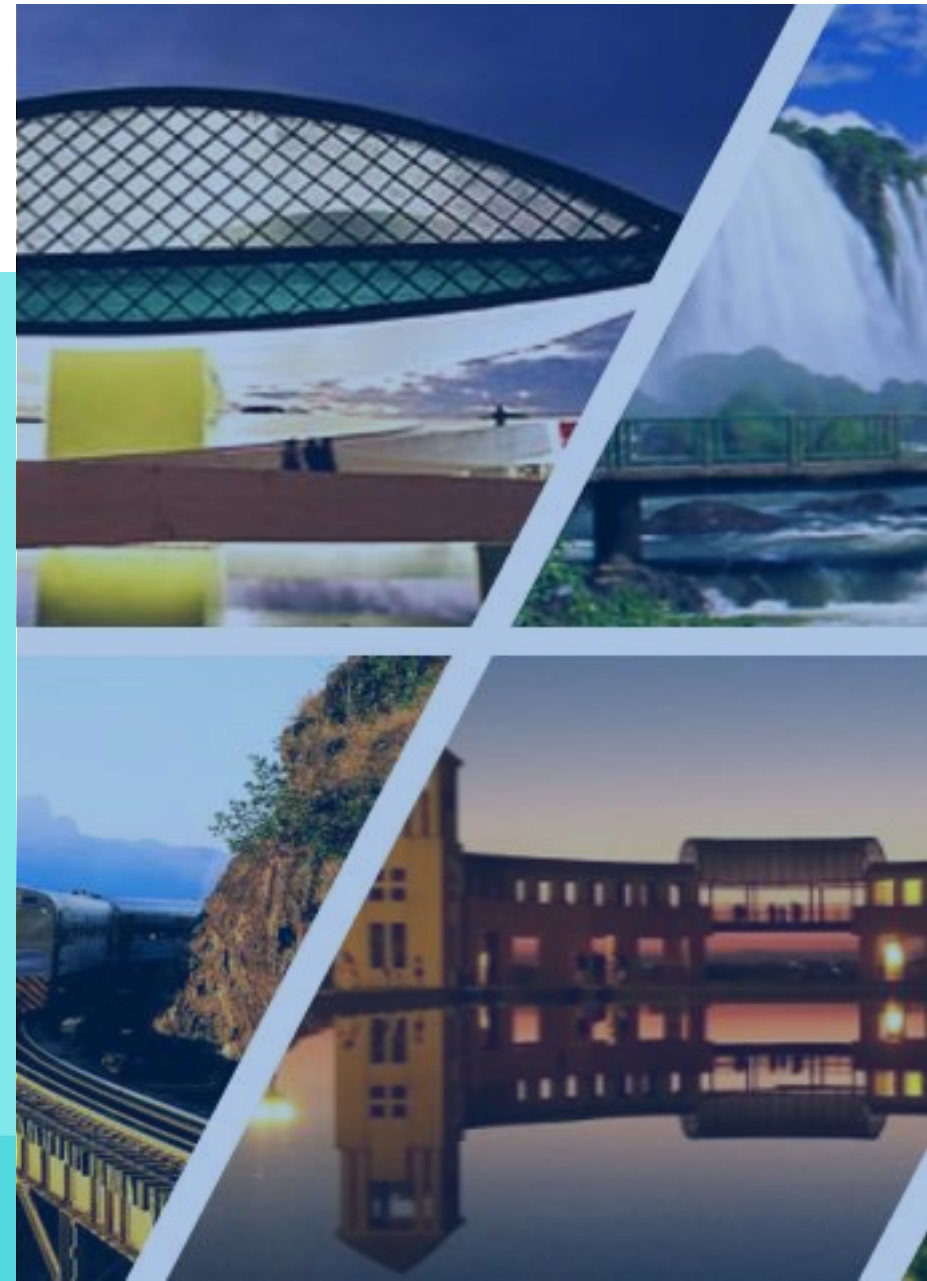


Médio e longo prazo

O impacto da reforma tributária no acesso ao crédito tende a se concretizar em prazos de médio a longo prazo, dependendo da capacidade de adaptação das empresas e da implementação das mudanças no sistema tributário. No médio prazo, espera-se que as empresas que investirem em planejamento, capacitação e adequação aos novos modelos tributários consigam melhorar sua gestão financeira e, com isso, reduzam sua percepção de risco junto às instituições financeiras. Isso pode resultar em um acesso mais facilitado ao crédito para impulsionar suas operações. Já no longo prazo, com um ambiente de negócios mais previsível e menos burocrático, os benefícios da reforma se tornam mais evidentes. Um sistema tributário simplificado deve fomentar a competitividade e incentivar investimentos estruturais, possibilitando às empresas um crescimento mais sustentável. O tempo necessário para que esses efeitos se consolidem dependerá da estabilidade e clareza das políticas implementadas, bem como do suporte técnico e financeiro oferecido às micro, pequenas e médias empresas durante a transição.

Sumário

- 01 [Necessidade de simplificação e a reforma tributária](#)
- 02 [Contexto Geral da Reforma Tributária](#)
- 03 [Mudanças no Simples Nacional](#)
- 04 [Estimativas de impacto Setorial](#)
- 05 [Como a Reforma Tributária Afetará no Acesso ao Crédito](#)
- 06 [O que eu posso fazer diante disso?](#)



RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO

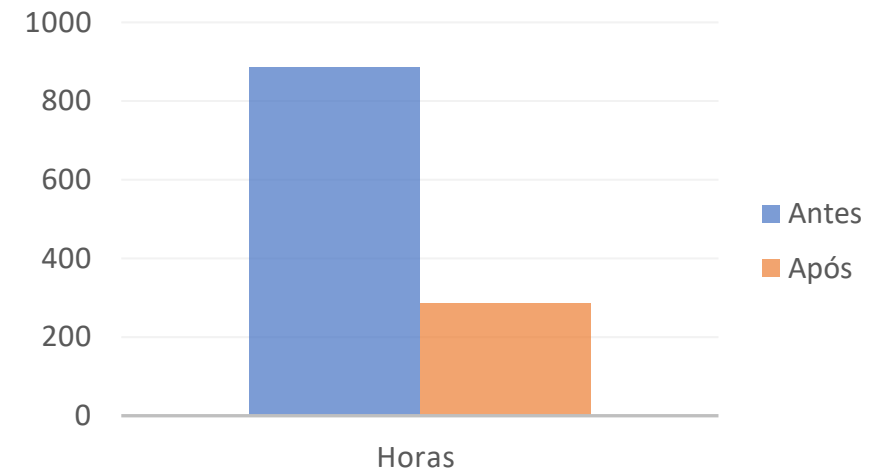
1 Necessidade de simplificação e a reforma tributária

Simplificação da Reforma Tributária: Tempo Gasto

O relatório *Doing Business*, do Banco Mundial, destaca um cenário preocupante para o Brasil no quesito tributário. O país ocupa a última posição entre 190 nações no indicador de tempo gasto para o pagamento de tributos, com impressionantes **1.501 horas anuais**. Dessas 1.501 horas, **885** são dedicadas exclusivamente ao pagamento de tributos indiretos, o que demonstra a complexidade e a ineficiência do sistema atual.

Além disso, o peso da carga tributária brasileira é um dos fatores que dificultam a **criação de novos negócios e oportunidades econômicas**. No ranking geral de facilidade para fazer negócios, o Brasil ocupa a **124ª** posição entre os 190 países avaliados. Já no quesito pagamento de impostos, a situação é ainda mais grave, com o Brasil na **184ª** posição, comparável a países como o Congo (183) e a Guiné (185). Esses dados deixam claro que a reforma tributária não é apenas desejável, mas **necessária**.

SIMPLIFICAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA



Com a reforma tributária o tempo pode ser reduzido em até **68%**. Isso significaria uma queda de **885 horas** para cerca de **285** horas anuais no tempo dedicado apenas aos tributos sobre bens e serviços.

Fonte: Thomsonreuters

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO

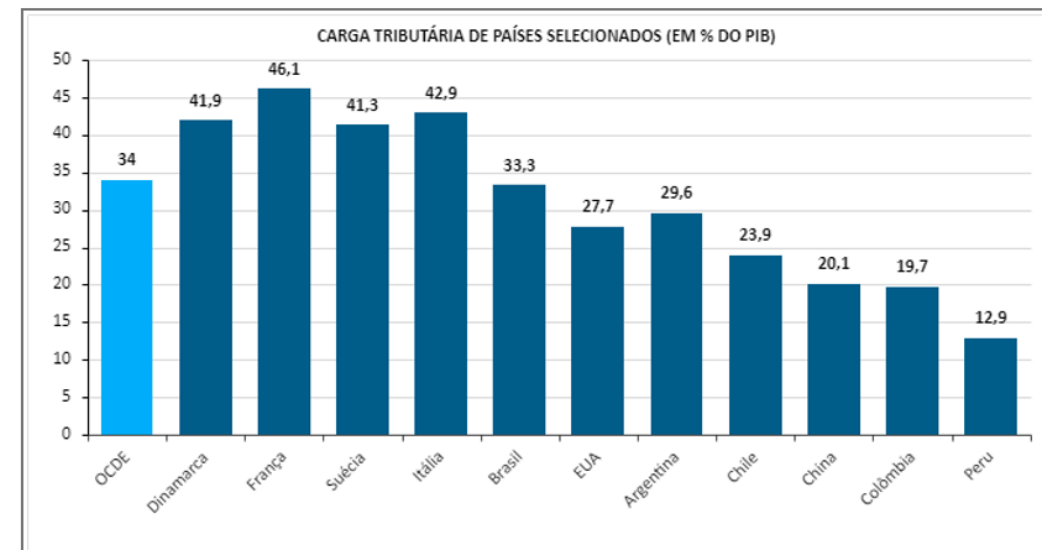
1 Necessidade de simplificação e a reforma tributária

Simplificação da Reforma Tributária: Custo total

Além do elevado tempo gasto, as empresas enfrentam uma infinidade de tributos e obrigações acessórias, somadas a mais de **200 exceções somente no âmbito federal**. Essa complexidade gera conflitos de interpretação e disputas judiciais, já que o tratamento tributário varia conforme o estado, o tipo de produto e sua origem. O Brasil possui uma carga tributária como percentual do PIB superior à média de países como Estados Unidos, Argentina, Chile, China, Colômbia e Peru.

Muitas empresas, diante dessa insegurança, evitam crescer para permanecer no regime simplificado de tributação, como o Simples Nacional. Esse cenário evidencia a necessidade urgente de simplificar e desburocratizar o sistema tributário, que onera as empresas e prejudica a competitividade do Brasil.

Carga Tributária (% PIB – 2022)



RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO

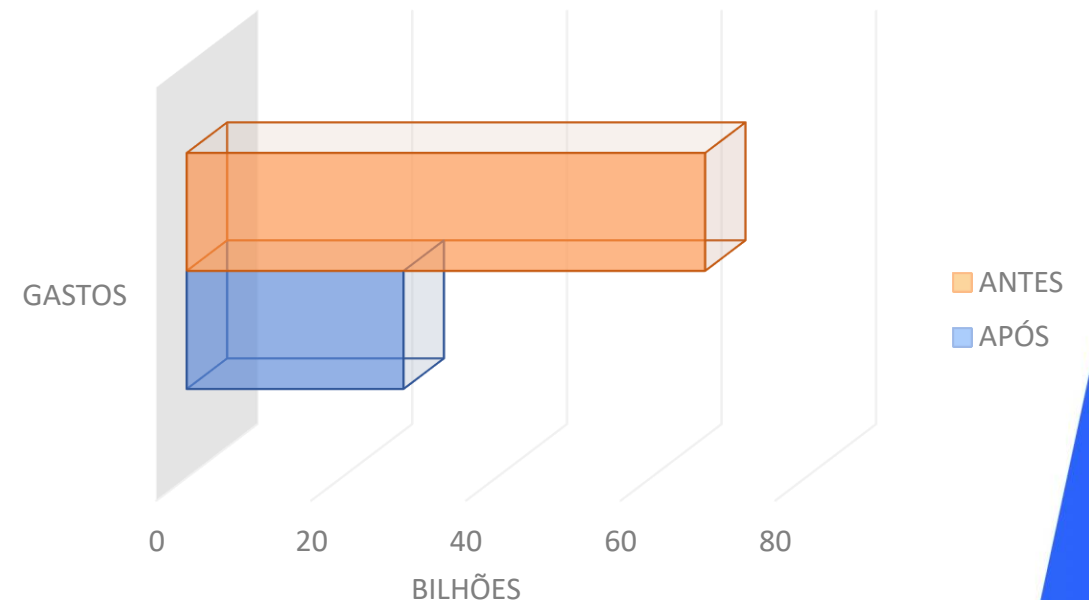
1 Necessidade de simplificação e a reforma tributária

Benefícios da Reforma Tributária: Tempo e Custos Administrativos

A aprovação e regulamentação da reforma tributária têm o potencial de reduzir os custos administrativos das empresas brasileiras. Um dos principais ganhos será a economia de **R\$ 28,1 bilhões anuais** com a diminuição do tempo gasto no **cálculo e pagamento** de tributos. Esse valor é apontado por um estudo realizado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), com dados das consultorias Endeavor e Ernst & Young (E&Y).

Atualmente, as empresas brasileiras gastam, em média, muito mais tempo do que as de países da OCDE para cumprir suas obrigações fiscais. Esse custo de tempo representa uma despesa anual de **R\$ 67 bilhões para as empresas no Brasil**. Com a reforma tributária, uma redução de **42%** nesse tempo estimado pode gerar uma economia de cerca de **R\$ 28,1 bilhões por ano**, proporcionando uma redução considerável no custo operacional e permitindo que as empresas direcionem esses recursos para outras áreas produtivas.

REDUÇÃO NO CUSTO ADMINISTRATIVO ANUAL



Fonte: Oglobo

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO

1 Necessidade de simplificação e a reforma tributária

A Importância da Legislação Tributária para Micro e Pequenas Empresas

Nos últimos anos, as mudanças na legislação tributária para pequenas e médias empresas no Brasil focaram na simplificação e formalização, como a **ampliação do limite do Simples Nacional (R\$ 4,8 milhões)** e **propostas de aumento no limite do MEI**. O **eSocial Simplificado** reduziu a burocracia trabalhista, enquanto a exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS diminuiu a carga tributária. Além disso, **o Marco Legal das Startups** trouxe incentivos fiscais, e a **Reforma Tributária** em discussão prevê unificar impostos para simplificar o sistema.

Essas mudanças são importantes **para micro e pequenas empresas pois, simplificam o cumprimento das obrigações tributárias, reduzem custos e promovem maior competitividade no mercado**. O Simples Nacional e o MEI, por exemplo, oferecem regimes tributários mais acessíveis, com menos burocracia e carga tributária reduzida, permitindo que os empresários direcionem mais recursos para o crescimento do negócio. A exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS aumentou o fluxo de caixa, o que é crucial para a sustentabilidade financeira de empresas menores.



RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO

2 Contexto Geral da Reforma Tributária

Visão Geral da Reforma Tributária

A Reforma Tributária brasileira, formalizada por meio da Emenda Constitucional n.º 132/2023, representa um marco histórico no esforço de **simplificar e modernizar o sistema tributário nacional**. Este conjunto de mudanças busca enfrentar desafios estruturais que há décadas impactam a competitividade econômica do país, promovendo maior eficiência fiscal, redução de custos de conformidade e estímulo ao crescimento econômico.

Dentre as principais mudanças, destaca-se a **extinção de cinco tributos de diferentes esferas de competência**. Na esfera federal, foram eliminados o PIS (Programa de Integração Social), a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). Em nível estadual, o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) foi abolido, enquanto que, no âmbito municipal, extinguiu-se o ISS (Imposto sobre Serviços).

CONTEXTUALIZAÇÃO | REFORMA TRIBUTÁRIA



Fonte: Banco Central

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO

2 Contexto Geral da Reforma Tributária

Visão Geral da Reforma Tributária

Em substituição a esses tributos, **foram criados dois novos impostos: CBS** (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o **IBS** (Imposto sobre Bens e Serviços). A principal caracterização dessa substituição é a adoção da não cumulatividade plena. Esse mecanismo assegura que todos os tributos pagos ao longo da cadeia produtiva se convertam imediatamente em créditos fiscais, evitando a incidência de impostos em cascata e garantindo que a tributação final recairá apenas sobre o consumidor.

A Reforma Tributária tem como **objetivo principal simplificar o sistema tributário brasileiro, reduzindo sua complexidade, custos administrativos e riscos de disputas legais**. Busca também promover eficiência econômica ao eliminar distorções causadas pela cumulatividade de tributos, criando um ambiente mais neutro e favorecendo uma melhor alocação de recursos.

REFORMA TRIBUTÁRIA: FIM DA CUMULATIVIDADE E COBRANÇA NO DESTINO

o que muda na forma de recolhimento dos impostos

fator	como é hoje	como será
 cumulatividade	parte do imposto recolhido no meio da cadeia não dá direito a crédito, criando um resíduo tributário que é repassado para o preço do produto final	todo o imposto recolhido no meio da cadeia dará direito a crédito, acabando com o resíduo tributário
local de cobrança	a receita do imposto fica principalmente com os Estados e municípios de origem	todo o imposto ficará no destino , ou seja, no local onde está o consumidor que comprou o produto

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO

2 Contexto Geral da Reforma Tributária

Exemplo prático do sistema de créditos IBS e CBS

O cálculo do IVA **é baseado na tributação do valor agregado em cada etapa da produção até que o produto seja adquirido pelo consumidor final**. Suponha que há uma alíquota de IVA de 25% em uma operação de venda de um produto.

O produtor rural vende laranjas à indústria por R\$10,00, gerando um IVA de R\$2,50. A indústria, ao produzir suco e vendê-lo ao supermercado por R\$25,00, tem um IVA de R\$6,25, mas utiliza o crédito de R\$2,50 pago na operação anterior, recolhendo apenas R\$3,75. O supermercado, por sua vez, vende o suco ao consumidor por R\$35,00, com um IVA de R\$8,75, mas abate o crédito de R\$6,25, pagando apenas R\$2,50. Assim, o total arrecadado na cadeia é R\$8,75, correspondente ao imposto final incidente sobre a venda ao consumidor.

	Produtor	Fábrica	Mercado
Venda	R\$ 10,00	R\$ 25,00	R\$ 35,00
IVA – 25%	R\$ 2,50	R\$ 6,25	R\$ 8,75
Crédito	R\$ -	R\$ 2,50	R\$ 6,25
À pagar	R\$ 2,50	R\$ 3,75	R\$ 2,50
TOTAL IVA			R\$ 8,75

EXEMPLO PRÁTICO DO SISTEMA DE CRÉDITOS



Lei Geral | TRANSIÇÃO PARA O NOVO MODELO



RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO

3 Mudanças no Simples Nacional

Visão Geral do Simples Nacional

Embora o **Simples Nacional permaneça essencialmente inalterado** em sua estrutura, unificação e benefícios fiscais, **a Reforma Tributária traz algumas mudanças indiretas que podem impactar determinadas empresas inscritas nesse regime**. Importante reforçar que essas alterações não resultam em aumento de carga tributária para os optantes do Simples Nacional, mas sim em oportunidades ou ajustes estratégicos dependendo do modelo de negócios.

Um dos principais pontos recai sobre as empresas **que operam no modelo B2B (vendem para outras empresas)** ao permitir o oferecimento de créditos tributários aos seus clientes, o que pode gerar maior competitividade e flexibilidade para este mercado. Isso é especialmente relevante para empresas fornecedoras de bens ou serviços a outras empresas que estejam fora do regime Simples Nacional, dado que o novo sistema tributário incentiva o uso de créditos fiscais na cadeia de valor. **Por outro lado, empresas B2C (business-to-consumer), que vendem diretamente ao consumidor final, não serão impactadas por essa dinâmica.**



RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO

3 Mudanças no Simples Nacional

Transferência de Crédito

Atualmente, empresas do Simples Nacional no setor de comércio oferecem créditos de ICMS aos clientes que compram para revenda, na mesma proporção do ICMS pago sob esse regime. Além disso, esses clientes também podem obter créditos de PIS e Cofins com a alíquota cheia do Regime Normal, e não apenas o valor apurado no Simples Nacional pela empresa vendedora. Para empresas de prestação de serviços, no entanto, não é possível conceder créditos de ISS.

No novo sistema de tributação, empresas de comércio e serviços passarão a **conceder créditos de IBS e CBS a todos os clientes Pessoa Jurídica**, independentemente de a compra ser para revenda ou consumo próprio. O crédito concedido será **baseado no valor apurado no Simples Nacional**, mantendo a mesma proporção para o ICMS e incluindo também o montante do ISS, que serão unificados em IBS dentro da DAS.

O PIS e a Cofins, que serão unificados com o IPI em CBS, passarão a transferir créditos com base no valor apurado no regime simplificado, e não mais com a alíquota cheia. A venda para consumidores finais pessoa física não dá direito a créditos de impostos.

Apesar dessa concessão de crédito aos compradores Pessoa Jurídica, **as empresas do Simples Nacional não poderão usar a mesma mecânica de créditos de impostos para reduzir o valor do DAS** no final do mês. A não ser que optem por pelo sistema híbrido de recolhimento no Simples Nacional, que a reforma vai possibilitar.



RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO

3 Mudanças no Simples Nacional

Estratégias para escolher o melhor Regime de Tributação

Com a nova Reforma Tributária, **a escolha de como os impostos serão recolhidos no Simples Nacional deverá ser feita anualmente**, sempre em janeiro, coincidindo com o prazo de adesão ao Simples Nacional. Após essa escolha, não será possível alterar o formato até o próximo ano.

As empresas que vendem para outras empresas, seja para consumo ou revenda, poderão oferecer créditos tributários na alíquota padrão dos novos impostos. Isso pode resultar em economia de impostos para os clientes, que buscarão adquirir produtos ou serviços de empresas que concedam esses créditos.

No entanto, se a micro ou pequena empresa optar por permanecer no regime simplificado do **Simples Nacional**, recolhendo os novos impostos dentro do DAS com uma alíquota reduzida, **os créditos disponíveis serão menores**. Isso pode levar à perda de mercado, já que concorrentes podem oferecer créditos integrais.

Por outro lado, **empresas do Simples Nacional que vendem exclusivamente para pessoas físicas não precisam se preocupar com a nova sistemática de créditos**, pois esse público não se beneficia dessa possibilidade.

Para empresas que atuam tanto no mercado B2B quanto no B2C, existe a opção de abrir uma segunda empresa. Assim, podem operar com um sistema híbrido de recolhimento para atender outras empresas, enquanto utilizam o sistema unificado e beneficiado para as demais operações.

É recomendado que as empresas comecem a se preparar para este período de transição com o apoio de sua contabilidade para que analisem todos os impactos possíveis e qual será o regime mais vantajoso para o negócio.



RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO

4 Estimativas de impacto Setorial

Estimativa de expansão de carga tributária setorial

A aprovação da reforma tributária pelo Congresso Nacional, envolvendo tributos sobre o consumo, **traz importantes repercussões macroeconômicas e regionais**. No entanto, é essencial aprofundar a análise sobre seus impactos nos diversos setores da economia brasileira, particularmente no que diz respeito à alocação de investimentos e à variação de preços. Com a implantação do IVA dual, composto pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), a estrutura tributária passa por uma significativa transformação. Apesar de representarem avanços em direção à simplificação tributária, **as projeções de impacto ainda carecem de maior clareza. Isso porque o detalhamento definitivo dependerá da aprovação das leis complementares e ordinárias, que regulamentarão e operacionalizarão as mudanças previstas na Constituição**. Análises preliminares, no entanto, indicam que a reforma poderá gerar aumentos expressivos na carga tributária de determinados setores. **De acordo com estudos, 14 setores da economia poderão enfrentar uma elevação de mais de 139% na carga tributária em comparação aos valores recolhidos em 2019.**

ESTIMATIVA DE CARGA TRIBUTÁRIA POR SETOR

Setores	Alíquota (A)	Receita de IVA + Rec de Simples	Rec realizada ICMS/ISS/PIS/ Cofins/IPI	Expansão da carga setorial	Variação percentual
4500 Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	AG	29.756	1.816	27.940	1438,0%
0791 Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e aglomeração	AG	5.458	372	5.086	1266,0%
5800 Edição e edição integrada à impressão	AG*	6.515	653	5.862	798,0%
4900 Transporte terrestre	AG*	40.734	4.846	35.889	641,0%
8000 Atividades de vigilância, segurança e investigação	AG	13.644	1.782	11.861	566,0%
9480 Organizações associativas e outros serviços pessoais	AG*	13.070	2.091	10.979	425,0%
8592 Educação privada	AR	13.972	2.650	11.322	327,0%
3680 Água, esgoto e gestão de resíduos	AG	18.245	3.843	14.402	275,0%
6280 Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	AG	36.507	8.460	28.047	232,0%
7880 Outras atividades administrativas e serviços complementares	AG	48.954	12.241	36.713	200,0%
5980 Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	AG*	6.090	1.531	4.558	198,0%
0191 Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e à pós-colheita	AR	23.847	6.577	17.271	163,0%
0792 Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	AG	1.572	441	1.131	156,0%
8692 Saúde privada	AR	25.942	7.663	18.279	139,0%

Fonte: Afonso, Junior e Viana (2023).

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO

4 Estimativas de impacto Setorial

Estimativa de redução de carga tributária setorial

Embora a reforma tributária traga desafios significativos para determinados setores outros setores da economia poderão se beneficiar de uma **redução expressiva na tributação**. **Energia elétrica, biocombustíveis e telecomunicações**, por exemplo, devem experimentar uma diminuição na carga tributária de **cerca de 40%**, o que pode favorecer a competitividade e estimular investimentos nesses segmentos estratégicos.

Por outro lado, setores como fumo e bebidas serão impactados pela implementação de um **Imposto Seletivo**, com a finalidade de calibrar as alíquotas, possivelmente aumentando a carga tributária desses produtos. Essa mudança reflete a tentativa de alinhar a tributação ao perfil de consumo e às externalidades geradas por esses setores. Apesar da transição tributária estar prevista para ocorrer ao longo de **dez anos**, existe uma preocupação relevante quanto aos efeitos imediatos no mercado.

ESTIMATIVA DE CARGA TRIBUTÁRIA POR SETOR

Setores	Alíquota (A)	Receita de IVA + Rec de Simples	Rec realizada ICMS/ISS/PIS/ Cofins/IPI	Expansão da carga setorial	Variação percentual
1093 Outros produtos alimentares	AR 50% AG 50%	40.737	41.432	-695	-2,00%
5000 Transporte aquaviário	AG	2.858	3.697	-839	-23,00%
2093 Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	AG	18.403	24.053	-5.650	-23,00%
7380 Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	AG	5.176	7.030	-1.854	-26,00%
1100 Fabricação de bebidas	AG	17.992	26.616	-8.624	-32,00%
3500 Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	AG	37.633	61.212	-23.580	-39,00%
7700 Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	AG	6.044	10.167	-4.122	-41,00%
9080 Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	AR	4.029	7.382	-3.353	-45,00%
6100 Telecomunicações	AG*	21.962	41.011	-19.049	-46,00%
1992 Fabricação de biocombustíveis	AG	9.325	18.502	-9.177	-50,00%
1200 Fabricação de produtos do fumo	AG	5.016	11.230	-6.213	-55,00%
1091 Abate e produção de carne, inclusive os produtos de e da pesca EXC 10916	ISEN	6.186	33.778	-27.592	-82,00%

Fonte: Afonso, Junior e Viana (2023).

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO

5 Como a Reforma Tributária Afetará no Acesso ao Crédito

Melhoria no Ambiente de Negócios

Assim que a empresa se adaptar às novas regras da reforma tributária, a simplificação do sistema pode **criar um ambiente mais favorável ao empreendedorismo**. A percepção geral de maior segurança, maior facilidade de gestão tributária e menos custos e tempo investido para realização do processo tendem a diminuir o risco percebido de fazer negócios no Brasil, o que reduz os prêmios de risco exigidos para emprestar dinheiro, o que reduz as taxas de financiamento empresarial.

Um sistema tributário mais claro e previsível reduz os custos com compliance, permitindo que as empresas direcionem mais recursos para sua expansão. Essa melhoria na gestão financeira **contribui para uma percepção de risco mais positiva pelos bancos** e, consequentemente, aumenta as chances de aprovação na concessão de crédito.



RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO

5 Como a Reforma Tributária Afetará no Acesso ao Crédito

Alteração no Risco de Crédito

Reformas podem **aumentar o risco percebido pelos bancos**, especialmente no caso de micro e pequenas **empresas em transição para um novo modelo**. Esse processo pode gerar períodos de instabilidade financeira que impactam diretamente a concessão de crédito. **Para minimizar esses riscos, é essencial que as MPEs invistam em um planejamento cuidadoso**, analisando cenários, identificando possíveis desafios e alocando recursos de forma estratégica.

A escolha do modelo mais adequado para o negócio deve ser embasada em dados sólidos e alinhada aos objetivos de longo prazo da empresa. Aqueles que conseguem adaptar suas operações rapidamente, com planejamento estruturado e apoio necessário, tendem a reduzir o risco no médio prazo e aumentar as chances de conseguir o acesso ao crédito.

Como funciona a análise de risco de crédito?



DADOS CADASTRAIS

CNPJ, endereço e informações de contato.



ÍNDICES

Índices de liquidez, endividamento e taxa de retorno sobre investimento.



INFORMAÇÕES DE RECEITA

Balanço anual, balancete com faturamento dos últimos três meses, entre outros documentos importantes.



PERFIL DE CRÉDITO

Credit scoring que indica seu relacionamento com o mercado de crédito e referências: financeiras e comerciais.



RESTRIÇÕES

Busca por pendências, irregularidades, protestos, punições e histórico de pedidos de falência.

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO

5 Como a Reforma Tributária Afetará no Acesso ao Crédito

Custo das Operações Financeiras

Ao analisarmos críticas do Banco Central, de escritórios de advocacia como o ADS, e de instituições que trabalham diretamente com os custos de transação de mercado como a FGV e o Instituto de Inovação em Seguros e Resseguros, fica claro que há uma grande incerteza sobre os custos de manutenção e as alíquotas das operações financeiras.

A visão mais forte dentro do mercado é que **há uma tendência de aumento dos tributos sobre as operações financeiras, o que tende a gerar mais custos para tomar crédito.**

Ao lado, destacamos as principais questões que ainda não estão claras com as mudanças propostas pela Reforma tributária:

COMPLEXIDADE OPERACIONAL

O artigo 125, inciso II, alínea d, estabelece que o destinatário do serviço é cada cotista de um fundo de investimento. Isso impõe às instituições financeiras a obrigação de calcular e recolher o IBS individualmente para cada cotista, o que acarreta uma sobrecarga operacional.

Essa maior complexidade operacional resulta em custos adicionais, já que as instituições precisarão investir em sistemas mais avançados para acompanhar e calcular o IBS de forma precisa para cada cliente. Além disso, a introdução de novas regras aplicáveis a serviços financeiros **pode gerar dúvidas interpretativas, aumentando o risco de litígios e disputas judiciais.**

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO

5 Como a Reforma Tributária Afetará no Acesso ao Crédito

Custo das Operações Financeiras

Ao analisarmos críticas do Banco Central, de escritórios de advocacia como o ADS, e de instituições que trabalham diretamente com os custos de transação de mercado como a FGV e o Instituto de Inovação em Seguros e Resseguros, fica claro que há uma grande incerteza sobre os custos de manutenção e as alíquotas das operações financeiras.

A visão mais forte dentro do mercado é que **há uma tendência de aumento dos tributos sobre as operações financeiras, o que tende a gerar mais custos para tomar crédito.**

Ao lado, destacamos as principais questões que ainda não estão claras com as mudanças propostas pela Reforma tributária:

BASE DE CÁLCULO DAS ALÍQUOTAS

A base de cálculo dos serviços financeiros no PLP 68/2024 segue o modelo de tributação sobre o valor adicionado. O artigo 174 prevê que o IBS e a CBS incidam sobre a receita das operações financeiras, excluindo reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como prejuízo. Contudo, a inclusão do spread bancário preocupa, já que, em países como Canadá e na União Europeia, ele é isento, tributando-se apenas taxas e comissões.

A decisão de tributar o spread no Brasil diverge das práticas internacionais, podendo distorcer o mercado financeiro, **eleva o custo do crédito e resultar em juros mais altos para os consumidores.**

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO

5 Como a Reforma Tributária Afetará no Acesso ao Crédito

Custo das Operações Financeiras

Ao analisarmos críticas do Banco Central, de escritórios de advocacia como o ADS, e de instituições que trabalham diretamente com os custos de transação de mercado como a FGV e o Instituto de Inovação em Seguros e Resseguros, fica claro que há uma grande incerteza sobre os custos de manutenção e as alíquotas das operações financeiras.

A visão mais forte dentro do mercado é que **há uma tendência de aumento dos tributos sobre as operações financeiras, o que tende a gerar mais custos para tomar crédito.**

Ao lado, destacamos as principais questões que ainda não estão claras com as mudanças propostas pela Reforma tributária:

CONFLITO IOF X IBS

A relação entre o IOF e o IBS é uma das questões mais debatidas na tributação de serviços financeiros com a introdução do IBS e da CBS. Instituído pela Lei nº 5.143/1966 e integrado ao CTN, o IOF incide sobre operações de crédito, câmbio, seguro e títulos, desempenhando também uma função regulatória no controle do crédito e da política monetária.

A criação do IBS levanta dúvidas sobre um possível conflito de competência, já que a União tributa serviços financeiros pelo IOF, enquanto estados e municípios poderão fazê-lo por meio do IBS. **Isso pode gerar dupla tributação, indo na contramão do objetivo de simplificar o sistema tributário.**

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO

5 Como a Reforma Tributária Afetará no Acesso ao Crédito

Custo tributários mais elevados para imóveis

Segundo um levantamento feito Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), a carga tributária que incide sobre o **setor imobiliário** varia, atualmente, de 6,4% a 8%. De acordo com o texto do projeto aprovado, as operações com **imóveis** **estarão sujeitas à alíquota de 26,5%.**

Mesmo com os redutores que foram considerados para as alíquotas, os preços dos imóveis ainda serão impactados com a reforma. Imóveis são um meio de produção essencial a todas as atividades produtivas, o impacto em alugueis e nas taxas para empréstimos tem uma elevação de risco financeiro que não pode deixar de ser considerada.

Efeito similar é esperado para veículos, mas o impacto não é tão significativo quanto é para imóveis.

ESTIMATIVA DE ELEVAÇÃO DOS CUSTOS TRIBUTÁRIOS EM IMÓVEIS

- **15,4%** maior nos imóveis com faixa de preço de R\$ 240 mil;
- **30,7%** maior nos imóveis com faixa de preço de R\$ 500 mil;
- **48,8%** maior nos imóveis com faixa de preço de R\$ 1 milhão;
- **51,7%** maior nos imóveis com faixa de preço de R\$ 2 milhões;
- **68,7%** maior nos loteamentos;
- **58,6%** maior nos custos de administração de imóveis; e
- **55,12%** maior nos custos de intermediação de imóveis.

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ACESSO AO CRÉDITO

6 O que eu posso fazer diante disso?

1. PONTO UM

Entender as
mudanças
no regime tributário

2. PONTO DOIS

Reavaliar o
enquadramento
tributário

3. PONTO TRÊS

Investir em
tecnologia
e automação fiscal

4. PONTO QUATRO

Planejamento
financeiro
e controle de caixa

5. PONTO CINCO

Reavaliar preços e
estratégias de
mercado

PONTO 1

Entender as mudanças no regime tributário

Com as mudanças previstas pela reforma tributária, é fundamental que as pequenas empresas compreendam as alterações nos regimes fiscais, especialmente no Simples Nacional. A reforma pode incluir ajustes nas alíquotas, no limite de faturamento e nas condições de adesão ao regime. Para os empreendedores, entender essas mudanças é essencial para garantir que o negócio esteja alinhado às novas exigências fiscais, evitando surpresas e possíveis prejuízos.

A compreensão das modificações ajuda a planejar melhor o futuro da empresa, a ajustar preços e a manter a competitividade no mercado. Além disso, é importante que as empresas se mantenham atualizadas sobre os novos detalhes da reforma para que possam ajustar suas estratégias de maneira eficiente.



Fonte: Senado

O superintendente de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mário Sérgio Carraro Telles, afirmou que a reforma tributária, apesar de aumentar os custos iniciais de alguns serviços para a indústria, oferece crédito tributário que, no longo prazo, reduz os custos.

PONTO 2

Reavaliar o enquadramento tributário

Será necessário que as micro e pequenas empresas reavaliem o regime tributário em que estão enquadradas. As mudanças nas regras podem tornar mais vantajoso migrar de um regime para outro, como do Simples Nacional para o Lucro Presumido ou Lucro Real, dependendo do faturamento e das especificidades do negócio.

Essa reavaliação é essencial para evitar o pagamento de tributos excessivos e garantir que o regime escolhido seja o mais adequado à realidade da empresa. Por isso, é importante que as empresas contem com o apoio de contadores especializados, que possam fazer simulações detalhadas e orientá-las sobre a melhor escolha. Essa análise tributária também ajudará a reduzir a carga fiscal, contribuindo para a saúde financeira do negócio.



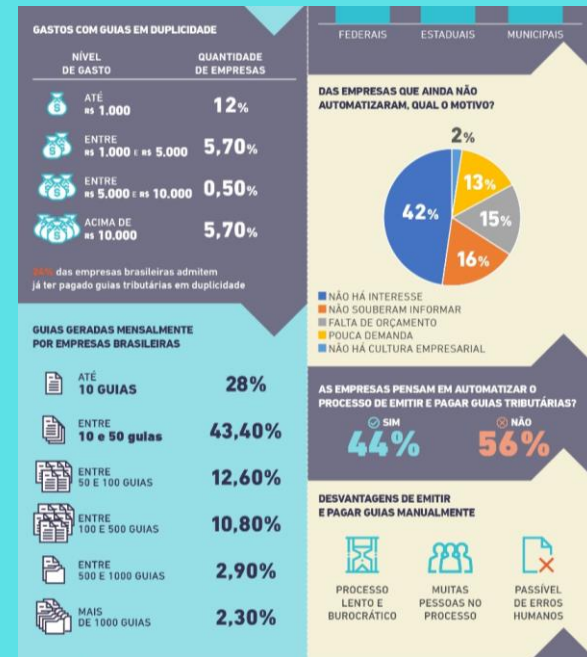
Bernard Appy, secretário da Reforma Tributária, explicou que empresas do Simples Nacional poderão escolher recolher o IBS e a CBS pelo regime regular, mantendo os outros tributos no Simples. Essa opção é vantajosa para empresas que fornecem bens ou serviços para outras. Ele também destacou a importância de reavaliar o regime tributário, garantindo a escolha mais vantajosa para reduzir a carga tributária e melhorar a saúde financeira das empresas.

PONTO 3

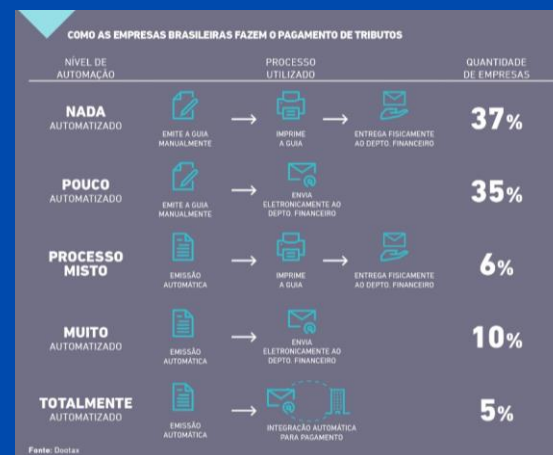
Investir em tecnologia e automação fiscal

Com a reforma tributária, a adoção de tecnologia e automação fiscal se torna cada vez mais necessária. O novo sistema tributário exigirá maior controle sobre as operações fiscais, o que pode ser facilitado com o uso de sistemas de gestão fiscal, como softwares que automatizam o cálculo de tributos e a emissão de notas fiscais eletrônicas. Esses sistemas ajudam a reduzir erros humanos, aumentam a eficiência e garantem que a empresa esteja sempre em conformidade com as obrigações fiscais.

Investir em tecnologia também significa reduzir custos operacionais relacionados ao gerenciamento de tributos e melhorar a capacidade de atender a fiscalizações. Além disso, ao automatizar os processos fiscais, a empresa consegue liberar tempo e recursos para outras áreas estratégicas, como vendas e inovação.



Fonte: Opovo



PONTO 4

Planejamento financeiro e controle de caixa

A reforma tributária pode ter um impacto direto no fluxo de caixa das micro e pequenas empresas, já que as mudanças no pagamento de tributos podem alterar a periodicidade e o valor dos impostos devidos. Por isso, é fundamental que as empresas desenvolvam um planejamento financeiro, capaz de prever esses ajustes tributários. Um bom controle de caixa permitirá que a empresa consiga honrar seus compromissos fiscais sem comprometer suas operações.

Além disso, é importante que as empresas ajustem suas projeções financeiras para garantir que tenham recursos suficientes para cumprir com as novas obrigações tributárias. Dessa forma, o planejamento financeiro se torna uma ferramenta essencial para lidar com os efeitos da reforma e para a manutenção da saúde financeira do negócio.

ENTENDA O CRONOGRAMA DE TRANSIÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Portal da
Reforma Tributária

Período de unificação dos tributos
será de 2026 até 2032

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
PIS	Sem alteração	Extinção						
COFINS	Sem alteração	Extinção						
CBS	0,90%	8,70%	8,70%	Alíquotas serão definidas por resolução do Senado, seguindo os limites da Lei Complementar.				
ICMS	Sem alteração	Sem alteração	Sem alteração	90%	80%	70%	60%	extinção
ISS	Sem alteração	Sem alteração	Sem alteração	90%	80%	70%	60%	extinção
IBS	0,1% estadual	0,05% estadual + 0,05% municipal	0,05% estadual + 0,05% municipal	10%	20%	30%	40%	100%
	Alíquotas serão definidas por resolução do Senado, seguindo os limites da Lei Complementar.							
IPI	Sem alteração	Alíquota reduzida a 0% e mantida para produtos que possuem incentivos na Zona Franca.						
IS		Alíquota e bases de cálculo serão definidas por meio de Lei Ordinária.						

Fonte: Portal Contabeis

“Diante da complexidade das novas regras fiscais, é essencial que as empresas utilizem análises preditivas e simulações de cenários para se preparar para as mudanças. Isso ajuda as empresas a entenderem como a nova carga tributária afetará seu caixa e como se adaptar para minimizar impactos financeiros negativos”. Destacou Giuliano Gioia, advogado tributarista.

PONTO 5

Reavaliar preços e estratégias de mercado

Com as mudanças na carga tributária, o custo de produção de produtos ou serviços poderá sofrer alterações. Por isso, as micro e pequenas empresas precisarão revisar suas estratégias de precificação. O aumento de impostos pode levar a uma elevação nos preços, o que exige uma análise cuidadosa para manter a competitividade no mercado. A reavaliação de preços deve considerar o impacto dos novos tributos e o comportamento do consumidor.

Além disso, é importante que as empresas busquem uma maneira de repassar os custos adicionais de forma equilibrada, sem prejudicar suas margens de lucro ou a relação com seus clientes. A comunicação transparente sobre esses ajustes também é fundamental para manter a confiança do consumidor, permitindo que a empresa se repositone no mercado de maneira estratégica.



Fontes

[ADS](#)

[AEN PARANÁ](#)

[AGÊNCIA SEBRAE](#)

[BANCO DO BRASIL](#)

[CAMARA.LEG.BR](#)

[CAIXA](#)

[DATA SEBRAE](#)

[FINEP](#)

[IDAF](#)

[INFOMEY](#)

[IPARDES](#)

[FGV](#)

[G1](#)

[GOV.BR](#)

[JURO ZERO](#)

[MINISTÉRIO DA FAZENDA](#)

[MONEYTIMES](#)

[PODER 360](#)

[SENADO](#)

Dados de Mercado

Ficha Técnica

Este material é uma produção do Sebrae
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – 2025 ©

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Superintendente: Vitor Roberto Tioqueta

Diretor Técnico: César Reinaldo Rissete

Diretor de Administração e Finanças: José Gava Neto

Unidade de Gestão Estratégica

Gerência: Agnaldo Gerson Castanharo

Equipe Técnica do Núcleo de Inteligência e Conhecimento

Carlos Eduardo Teodoro de Campos

Elmo Silveira de Souza

Fernanda Robes

Maria Alice Ferreira Nunes

Tais Mara Hortelã

Walter Muller Garcia Xavier

Dúvidas, sugestões e melhorias deverão ser encaminhadas ao
e-mail: pr-nic@pr.sebrae.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada deste material, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610).

Informações e Contatos

Sebrae/Paraná

Rua Caeté, 150 – Prado Velho

CEP 80220-300 – Curitiba – PR

www.sebraepr.com.br





 0800 570 0800

 www.sebraepr.com.br

